

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano 4



Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e
a Competência no Desenvolvimento Humano
4

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	As ciências humanas e sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano 4 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (As ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano; v. 4) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-516-7 DOI 10.22533/at.ed.167190607 1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena editora apresenta o e-book “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Competências no Desenvolvimento Humano”.

São ao todo noventa e três artigos dispostos em quatro volumes e dez seções.

No volume 1 apresentam-se artigos relacionados as temáticas *Estado e Democracia; Gênero: desigualdade e violência; Identidade e Cultura e Perspectivas teóricas e produção de conhecimento*. As seções descritas possibilitam o acesso a artigos que introduzem o tema central do e-book, através de pesquisas que abordam a formação social brasileira e como é possível identificar os reflexos desta na constituição do Estado, nos espaços de participação social, nas relações de gênero e constituição da identidade e cultura da população.

O volume 2 está organizado em três seções que apresentam relação e continuidade com o primeiro volume, em que são apresentadas pesquisas que trazem como objeto de estudo as políticas de saúde, de educação e de justiça e a relação destas com a perspectiva de cidadania.

Território e desenvolvimento regional: relações com as questões ambientais e culturais, é a seção que apresenta os artigos do volume 3 do e-book. São ao todo 18 artigos que possibilitam ao leitor o acesso a pesquisas realizadas em diferentes regiões do país e que apontam para a relação e especificidades existentes entre território, questões econômicas, estratégias de organização e meio ambiente e como estas acabam por interferir e definir nas questões culturais e desenvolvimento regional. São pesquisas que contribuem para o reconhecimento e democratização do acesso à riqueza da diversidade existente nas diversas regiões do Brasil.

Para finalizar, o volume 4 apresenta 23 artigos. Nestes, os autores elaboram pesquisas relacionadas a questão econômica, e como, as decisões tomadas neste campo refletem na produção de riqueza e nas possibilidade de acesso ao trabalho e renda. As pesquisas apontam também para estratégias identificadas a exemplo da organização de cooperativas, empreendedorismo, uso da tecnologia e a importância das políticas públicas.

As pesquisas apresentadas através dos artigos são de extrema relevância para as Ciências Humanas e para as Ciências Sociais Aplicadas, e contribuem para uma análise mais crítica e fundamentada dos processos formativos e das relações estabelecidas na atual forma de organização social, econômica e política.

Desejamos boa leitura a todos e a todas!!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO: ANÁLISE DOS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS DA SUA ADOÇÃO EM INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS	
Alexandre César Batista da Silva Francivaldo dos Santos Albuquerque Maria do Socorro Coelho Bezerra Luiz Carlos Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.1671906071	
CAPÍTULO 2	19
PERFIL DAS EXPORTAÇÕES PARANENSES DO COMPLEXO DE SOJA	
Jefferson Steve Canteno Torres	
DOI 10.22533/at.ed.1671906072	
CAPÍTULO 3	29
UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA <i>REQUEST FOR PROPOSAL</i> (RFP) NAS VENDAS DE UM HOTEL DE NEGÓCIOS	
Francivaldo dos Santos Albuquerque Maria do Socorro Coelho Bezerra Alexandre César Batista da Silva Giulia Cipolla Braulio Jeronymo José Libonati	
DOI 10.22533/at.ed.1671906073	
CAPÍTULO 4	44
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO E CONTROLE DA PRODUÇÃO COM SUPORTE DE UM <i>SOFTWARE</i> DE GESTÃO EM UMA EMPRESA DO AGRONEGÓCIO	
Sirnei César Kach Juliano Hammes Daiane Hammes	
DOI 10.22533/at.ed.1671906074	
CAPÍTULO 5	57
A BARGANHA ENQUANTO DISCURSO: UM ESTUDO DO POSICIONAMENTO DOS BANQUEIROS SOBRE POLÍTICA MONETÁRIA.	
Rodolfo Palazzo Dias	
DOI 10.22533/at.ed.1671906075	
CAPÍTULO 6	73
A LEI 13.467/17, SUA (IN)ADEQUAÇÃO ÀS CONVENÇÕES DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E CONSEQUENTE PREJUÍZO À AÇÃO SINDICAL	
Rodrigo Rocha Gomes de Loiola Francisco José Rocha Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.1671906076	

CAPÍTULO 7	80
ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO, MINERAÇÃO E VIOLÊNCIA NA COLÔMBIA, NO NEOLIBERALISMO	
Mercedes Castillo de Herrera	
Nubia Yaneth Ruiz	
DOI 10.22533/at.ed.1671906077	
CAPÍTULO 8	93
ARRANJO PRODUTIVO LOCAL (APL) DO TURISMO: POTENCIALIDADES E LIMITES NA COSTA DO DESCOBRIMENTO	
Maiara Conceição Castro	
DOI 10.22533/at.ed.1671906078	
CAPÍTULO 9	105
APROPRIAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LOCAL DE RENDA: ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE GUATAMBU-SC	
Luiz Victor Pittella Siqueira	
Maristela Parise de Lima	
Julie Rossato Fagundes	
DOI 10.22533/at.ed.1671906079	
CAPÍTULO 10	124
INSERÇÃO DE EGRESSOS DA PRISÃO NO MERCADO DE TRABALHO	
Roseni Inês Marconato Pinto	
Lenir Aparecida Mainardes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.16719060710	
CAPÍTULO 11	136
EMPREENDEDORISMO FAMILIAR: COMO ESSE MODELO DE GESTÃO PODE AFETAR A EMPRESA	
Suzana Siebra Alves Campos	
Piedley Macedo Saraiva	
Evelinny Soares Batista	
DOI 10.22533/at.ed.16719060711	
CAPÍTULO 12	149
EMPREENDEDORISMO FEMININO: PERFIL DAS MULHERES EMPREENDEDORAS DE MANHUAÇU-MG	
Lílian Beatriz Ferreira Longo	
Henrique da Silva Pinel	
Reginaldo Adriano de Souza	
Rita de Cássia Martins de Oliveira Ventura	
José Carlos de Souza	
Anandy Kassis de Faria Alvim Hannas	
DOI 10.22533/at.ed.16719060712	
CAPÍTULO 13	166
COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR: UM ESTUDO SOBRE FIDELIZAÇÃO COM MARCAS DE CAFÉ NA CIDADE DE MILAGRES-CE	
Rangiel Santos Bento Silva	
Márcia Maria Leite Lima	
DOI 10.22533/at.ed.16719060713	

CAPÍTULO 14 183

GESTÃO DA DIVERSIDADE OU AÇÃO AFIRMATIVA? UM ESTUDO SOBRE O GERENCIAMENTO DA DIVERSIDADE ORGANIZACIONAL EM MANHUAÇU/MG

Luan Patrick Reis Serafim Leite
Lilian Beatriz Ferreira Longo

DOI 10.22533/at.ed.16719060714

CAPÍTULO 15 197

MOTIVAÇÃO E RECOMPENSAS: UMA INVESTIGAÇÃO COM BASE NAS TEORIAS DA HIERARQUIA DAS NECESSIDADES E DA EXPECTATIVA

Larissa Carvalho Alves
Adriano Victor Lopes da Silva
Erika Maria Jamir de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.16719060715

CAPÍTULO 16 209

O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM UMA COOPERATIVA COM ATUAÇÃO NA REGIÃO DE FRONTEIRA E A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS: O CASO DA COTRIROSA

Pedro Luís Büttenbender
Jaqueline Ledir De Conti
Ariosto Sparemberger
Giovana Fernandes Writzl
Luciano Zamberlan

DOI 10.22533/at.ed.16719060716

CAPÍTULO 17 224

PESQUISA DE CAMPO PARA AVALIAR OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS COM A IMPLANTAÇÃO DA FERROVIA NORTE SUL E A PLATAFORMA MULTIMODAL EM SANTA HELENA DE GOIÁS, 2016

Estéverson Oliveira Lima
Luis Carlos Ferreira Gomes

DOI 10.22533/at.ed.16719060717

CAPÍTULO 18 231

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO BAIXO AMAZONAS: UMA POLÍTICA DE APOIO À COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA COM ÊNFASE NOS BENEFICIÁRIOS, PRODUTOS E RENDA

Elzamili Lima Brito
Márcio Júnior Benassuly Barros
Raoni Fernandes Azerêdo

DOI 10.22533/at.ed.16719060718

CAPÍTULO 19 243

REFLEXOS DO CENÁRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO NO PATRIMÔNIO DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL A LUZ DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Mayure Cristina de Souza Oliveira
Sabrina Pereira Uliana Pianzola
Silvana Cristina dos Santos
Monica de Oliveira Costa
Farana de Oliveira Mariano

DOI 10.22533/at.ed.16719060719

CAPÍTULO 20	267
A INFLUÊNCIA DO MARKETING DIGITAL NO PERFIL DE CONSUMO DA GERAÇÃO Y	
Piedley Macedo Saraiva	
Thallita Pâmela Pinho de Oliveira	
Julio Miguel Souza de Brito	
DOI 10.22533/at.ed.16719060720	
CAPÍTULO 21	279
A INFLUÊNCIA DO MARKETING SENSORIAL NO PROCESSO DE DECISÃO DE COMPRA	
Gisele Sebastiana da Silva	
Reginaldo Adriano de Souza	
José Carlos de Souza	
Rita de Cássia Martins de Oliveira Ventura	
Anandy Kassis de Faria Alvim-Hannas	
DOI 10.22533/at.ed.16719060721	
CAPÍTULO 22	293
MARKETING DIGITAL: A UTILIZAÇÃO DAS MÍDIAS SOCIAIS COMO UM CANAL DE COMUNICAÇÃO NO VAREJO DE MODA DE BARBALHA-CE	
Piedley Macedo Saraiva	
Andre Luis Sant'Anna	
DOI 10.22533/at.ed.16719060722	
CAPÍTULO 23	310
O USO DA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA OS PRODUTOS TURÍSTICOS	
Milena Beatriz Silva Loubach	
Pollylian Assis Madeira	
Marcos Antônio Pereira Coelho	
Lucas Borcard Cancela	
DOI 10.22533/at.ed.16719060723	
SOBRE A ORGANIZADORA	323
ÍNDICE REMISSIVO	324

INSERÇÃO DE EGRESSOS DA PRISÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Roseni Inês Marconato Pinto

Universidade Estadual de Ponta Grossa/
Departamento de Serviço Social
Ponta Grossa – Paraná

Lenir Aparecida Mainardes da Silva

Universidade Estadual de Ponta Grossa/
Departamento de Serviço Social
Ponta Grossa – Paraná

RESUMO: O presente texto aborda as possibilidades de inserção no mercado de trabalho dos egressos da prisão, a partir da experiência do Patronato de Ponta Grossa/PR, que se efetiva através da constituição de redes intersetoriais. Inicialmente, situam-se os egressos no contexto mais amplo, enquanto segmento da classe trabalhadora. Autores como Wacquant, Antunes, possibilitam compreender a situação dos egressos das prisões no contexto de desigualdades sociais e pobreza, que fomentam o crescimento da violência e a prática de delitos, onde o crime e a inserção no mercado informal de trabalho, muitas vezes, são alternativas à sobrevivência ou manutenção das condições de vida dos pobres. Traz a importância da proteção social, via inserção no mercado formal trabalho, e as dificuldades enfrentadas pelos egressos em decorrência de sua trajetória histórica de desproteção social, refletida no perfil educacional e na pouca

qualificação para o trabalho. Onde torna-se mister uma intervenção intersetorial em rede com outras políticas públicas e organizações.

PALAVRAS-CHAVE: egresso da prisão, trabalho, redes intersetoriais.

INSERTION OF EGRESSES FROM PRISON IN THE JOB MARKET

ABSTRACT: The following text presents the possibilities of the insertion in the job market of prison's egresses, from the experience of Patronage of Ponta Grossa PR, that can be effective thanks to the constitution of intersectional connections. At first, egresses are situated in a broader context, as a segment of the work force. Authors, such as Wacquant, Antunes, help us to understand the situation of egresses from prisons in the context of social inequality and poverty, that motivates the growth of violence and the practice of crimes, where crime and the insertion in the informal work market many times, are the alternative they have to survive or help poor people to keep on living. It also brings the importance of the social protection, via insertion on the formal market job and the difficulties faced by the egresses due to their background and lack of social protection, reflected in the educational profile and low qualification for available jobs. Where it is very hard to promote a intersectional connection with

other public policies and organizations.

KEYWORDS: prison's egresses, job, intersectional connection.

1 | INTRODUÇÃO

Diariamente a mídia se encarrega de divulgar notícias sobre situações envolvendo crimes, desde os de menor potencial ofensivo até os casos mais sórdidos. São delitos praticados por pessoas que vivem na mesma “sociedade”, onde as leis são comuns a todos os cidadãos brasileiros e o Estado se encarrega de punir aqueles que transgridem as leis vigentes. Muitos são condenados a pena de prisão, contudo, após um certo tempo esses cidadãos encarcerados voltarão ao convívio social na condição de egressos do sistema prisional.

Wacquant (2001, p. 10) considera que a atuação do Estado serve como resposta às desordens advindas da desregulamentação da economia, pela pauperização de amplos contingentes do proletariado urbano, ocasionando a intensificação da intervenção policial e do judiciário sobre estes segmentos populacionais. Tanto que o autor denomina Estado penal, o qual serve:

[...] para responder às desordens suscitadas pela desregulamentação da economia, pela dessocialização do trabalho assalariado e pela pauperização relativa e absoluta de amplos contingentes do proletariado urbano, aumentando os meios, a amplitude e a intensidade da intervenção do aparelho policial e judiciário, equivale a (r)estabelecer uma verdadeira ditadura sobre os pobres.

Para o autor as categorias sociais, econômica e culturalmente mais frágeis sofrem uma contenção carcerária desproporcional e porque estas não dispõem de recursos. Wacquant (2004, p. 220) pondera ainda que há “[...] ausência de medidas concretas de ajuda no momento da libertação [...]” dos egressos, além de conviverem com uma “[...] série de restrições, incapacidades e outros prejuízos decorrentes de uma passagem pela polícia”.

A forte punição incide sobre parcelas da população que sofrem um processo de desproteção social ao longo de sua existência. No Brasil dados estatísticos confirmam tal proposição, pois a desigualdade social e a pobreza fomentam o crescimento da violência e a prática de delitos, onde o crime e a inserção no mercado informal de trabalho constituem, muitas vezes, alternativas à sobrevivência ou manutenção das condições de vida dos pobres. Portanto, se ao adentrar na prisão a pessoa já se encontra em condições mais frágeis, ao sair sua situação tende a agravar-se. Aldaíza Sposati (2007, p. 17) esclarece que:

Estar protegido significa ter forças próprias ou de terceiros, que impeçam que alguma agressão/precarização/privação venha a ocorrer, deteriorando uma dada condição. Porém, estar protegido não é uma condição inata, ela é adquirida não como mera mercadoria, mas pelo desenvolvimento de capacidades e possibilidades. No caso ter proteção e/ou estar protegido não significa meramente portar algo, mas ter uma capacidade de enfrentamento e resistência.

A maioria dos egressos tem um histórico de desproteção social, pois não foram devidamente atendidos pelas políticas públicas de proteção, antes de adentrarem na prisão.

O presente texto aborda a atuação do Patronato de Ponta Grossa-Pr junto aos egressos do sistema prisional, mais especificamente quanto a sua condição em relação ao mercado de trabalho e a importância das redes intersetoriais.

2 | ATENDIMENTO AOS EGRESSOS PRISIONAIS NO PARANÁ

O Paraná, desde 1975, mantém um Programa destinado ao atendimento dos egressos do sistema prisional. Em 2013, modificou-se a estrutura existente e implantou-se o Programa Patronato em 15 comarcas do estado, vinculados as universidades estaduais, que desde o princípio são parceiras neste processo. O capítulo VII da LEP, Art. 78 trata do Patronato, que pode ser público ou particular e destina-se a prestar assistência aos egressos (artigo 26).

Atualmente, o Patronato conta com equipes coordenadas por professores das áreas de Administração, Direito, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social, profissionais bolsistas recém formados e bolsistas graduandos destas áreas, com número diferenciado de acordo com a quantidade de assistidos. Assistidos são os egressos e as pessoas que não passaram pela prisão, mas cumprem condenações ou acordos conforme consta na citação a seguir:

O subprograma Incubadora dos Direitos Sociais – PATRONATO destina-se a financiar projetos orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, cujas propostas venham a atender egressos beneficiados com a progressão para o regime aberto, liberdade condicional, sentenciados com trabalhos externos, liberdade vigiada, prestação de serviços à comunidade e os com suspensão condicional da pena (sursis), bem como, os autores de crimes de menor potencial ofensivo, sancionados com penas ou medidas alternativas, com exceção do monitoramento eletrônico e da prisão domiciliar; obrigações e acordos oriundos de conciliação, mediação e técnicas de justiça restaurativa. Os assistidos serão encaminhados por determinação das Varas de Execuções Penais, dos Juízes das Varas Criminais da Justiça comum e Justiça Federal e ainda dos Juizados Especiais Criminais e Varas Criminais de atenção à violência doméstica, visando oportunizar condições favoráveis aos assistidos para que, ao final do cumprimento das determinações judiciais, possam reconfigurar suas vidas através da restauração do pleno exercício da cidadania. (Edital 04/2017 - SETI/Programa Universidade Sem Fronteiras/ Subprograma Incubadora dos Direitos Sociais – PATRONATO, SESP)

Além das diretrizes do Patronato Central, os Patronatos, podem-se implantar outras atividades. O Patronato de Ponta Grossa desenvolve atividades que contribuem para o retorno ao convívio social dos egressos prisionais.

Embora a prisão seja uma realidade no Brasil desde o século XIX, somente em julho de 2018, através do Decreto nº 9.450, instituiu-se a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional (PNAT), destinada “[...] à ampliação e qualificação da oferta de vagas de trabalho, ao empreendedorismo e à formação profissional das

pessoas presas e egressas do sistema prisional”. Este decreto consiste em uma luz às 725 mil pessoas presas no Brasil.

O DEPEN Nacional reconhece que:

[...] as políticas voltadas à atenção às pessoas egressas do sistema prisional são, em sua grande maioria, difusas, fragmentadas e com sustentabilidade limitada, sendo desenvolvidas em maior ou menor grau pelas Unidades da Federação, sem, contudo, haver diretrizes, metodologias, indicadores e fluxos definidos. (EDITAL Nº 29/2017, p.1)

Daí a importância de se refletir sobre as ações destinadas aos egressos.

3 | A EXPERIÊNCIA DO PATRONATO DE PONTA GROSSA

Enquanto a PNAT está em vias de implementação, iniciativas esparsas realizam-se em todo país, a exemplo dos Patronatos do Paraná. A seguir será exposta a experiência que está em andamento no Patronato de Ponta Grossa.

O Patronato conta com uma equipe multidisciplinar formada por bolsistas recém formados: 2 de Direito, 1 de Pedagogia, 1 de Psicologia e 2 Assistentes Sociais; também conta com 1 bolsista graduando da área de Administração, 2 de Direito, 1 de Pedagogia, 1 de Psicologia e 2 de Serviço Social. Além dos professores coordenadores de projetos extensionistas nas áreas já citadas e uma professora coordenadora geral vinculada ao Curso de Serviço Social.

A prática da equipe do Programa inclui atendimento individual e outras atividades, a exemplo dos projetos: SAIBA (Psicologia: para pessoas com situações que envolvam o uso de drogas); BLITZ (Direito: destinado aqueles que tiveram problemas relacionados ao trânsito); E-LER (Pedagogia: atividades de incentivo ao retorno aos estudos); PRÓ-LABOR (Serviço Social: destinado a reflexão sobre atividades laborais).

Aqui são abordadas atividades de responsabilidade do Serviço Social, centrando-se no projeto PRÓ-LABOR. Para melhor conhecer as demandas dos egressos a equipe utiliza registros mensais dos atendimentos individuais e do perfil dos prontuários. Em fevereiro/2019, atendeu-se 36 (trinta e seis) egressos, a seguir encontram-se dados relativos a idade e escolaridade desses egressos:

-Idade: 10 egressos com idade entre 18 a 29 anos de idade, 19 egressos tem de 30 a 45 anos, 7 possuem de 46 a 59 anos. Constata-se que cerca de 28% são considerados jovens (18-29 anos), 53% são jovens adultos, que somados aos 19% com idade superior a 46 anos, são pessoas em idade da população economicamente ativa.

-Escolaridade: 1 - analfabeto; 20 - Ensino Fundamental Incompleto; 4 - Ensino Fundamental Completo; 4 - Ensino Médio Incompleto; 4 - Ensino Médio Completo; 2 - Ensino Superior Incompleto; 1 - Ensino Superior Completo. Os dados apontam que em torno de 58% destes egressos não concluíram o Ensino Fundamental e 22% dos

egressos não concluíram o Ensino Médio, perfazendo 80% do total de egressos do Patronato de Ponta Grossa com baixa escolaridade.

Esses aspectos do perfil dos egressos estão em consonância com os indicadores de baixo nível de escolaridade dos detentos no restante do Brasil, que também são considerados jovens (18 a 29 anos), sexo masculino e pouca escolaridade. Evidencia-se que a punição recai, especialmente, sobre a população que, historicamente, vive em situação de pobreza e interromperam a permanência na escola em idade regular, repercutindo diretamente na formação profissional e na inserção ou não no mercado formal de trabalho e, portanto, no usufruto da proteção social como trabalhador. Para Thompson (2007, p. 32)

Noventa e cinco por cento dos presos pertencem à classe social mais baixa. Desse dado, a criminologia tradicional infere a conclusão de que a maioria dos criminosos é pobre e, logo, a pobreza se apresenta como um traço característico a criminalidade. Essa inferência 'científica', recebe-a com entusiasmo a burguesia, uma vez que se casa à perfeição com a ideologia por ela esposada, a qual se estrutura basilarmente na teoria do contrato social: todas as pessoas são iguais perante a lei; por conseqüência, a todas são propiciadas oportunidades idênticas na vida; vencem (na visão capitalista, vencer é sinônimo de enriquecer) as dotadas de melhores qualidades (princípio da meritocracia); logo, as melhores estão nas classes altas, as piores nas classes inferiores; o crime é algo mau em si, resultado, pois, da ação de pessoas más; daí, nada mais lógico do que concluir que o crime é uma manifestação típica das classes baixas.

O indicador econômico não é determinante na prática de crimes, mas pode se caracterizar como estratégia utilizada por essas pessoas contra a opressão social que vivem, portanto, a prática delituosa pode se apresentar enquanto resistência dos dominados, e nesse sentido “[...] o criminoso sempre expressa uma rebeldia ao sistema” (THOMPSON, 2007, p. 32), que tem, uma distribuição desigual da justiça e não apenas dos bens socialmente produzidos.

A política estadual voltada aos egressos da prisão, via Patronato no Paraná, contempla o acompanhamento e execução das condições a que os egressos estão submetidos em corresponsabilidade entre os Poderes Público Estadual, Judiciário e Ministério Público, numa proposta de ressocialização de cunho educativo, pautado no respeito aos Direitos Humanos e na correlação entre direitos e deveres, inerentes à condição de cidadania.

Questiona-se qual é a concepção de cidadania pretendida. Pois a cidadania segundo Marshall (1967, p. 63-64) contempla Direitos Cívicos, Políticos e Sociais, estes últimos são relativos a “[...] um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social, elevar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade”. E para Carvalho (2001, p.11) os direitos sociais “[...] incluem os direitos à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. A idéia central em que se baseiam é a da justiça social [...]”. São considerados cidadãos plenos os titulares dos três direitos, incompletos quem usufrui de apenas alguns direitos e não-cidadãos os indivíduos

que não se beneficiam de nenhum dos direitos.

Para Carvalho (2001, p. 211) “a falta de garantia dos direitos civis se verifica sobretudo, no que se refere à segurança individual, à integridade física, ao acesso a justiça [...]”, o que se agravou a partir de 2000 junto com a urbanização, sendo 81% da população urbana, onde a combinação de desemprego, trabalho informal e tráfico de drogas fomentam a violência.

É importante lembrar que:

A reprodução de pobreza e desigualdade no âmbito do mercado de trabalho configura-se, assim, no centro do debate sobre a proteção social. A imagem do pobre como o incapacitado ou excluído do mundo do trabalho não é senão um reflexo parcial da realidade. O próprio exercício do trabalho suscita a produção e a reprodução de situações de pobreza, que impedem tanto a obtenção de renda suficiente para o acesso aos bens básicos ou mesmo indispensáveis à sobrevivência, como o acesso à proteção social de natureza contributiva que permitirá enfrentar os problemas decorrentes da perda da capacidade de trabalho (JACCOUD, 2009, p. 20).

Percebe-se que a própria relação com o trabalho - inserção ou não no mercado de trabalho - repercute na condição de pobreza, pois, segundo a autora, o pobre no exercício do trabalho pode inclusive reproduzir situações de pobreza, por não auferir renda que lhe permita usufruir de bens básicos a sua subsistência. Some-se a isso a perda de capacidade para o exercício do trabalho. Assim, a pobreza dos cidadãos deve ser contextualizada e não isolada como decorrência de opção individual, até porque vive-se num país de extremas desigualdades de acesso a bens e serviços produzidos socialmente, onde parcela significativa da população trabalha, mas vive situações de exclusão.

No contexto mais amplo, as alterações em andamento no mundo do trabalho, desde 1980, favoreceram a ampliação da acumulação capitalista e os processos de exclusão social, os quais, aliados às alterações no papel do Estado, “[...] trazem novas determinações para o sistema de proteção social e mudanças na esfera ideológica, política e cultural. Trazem, acima de tudo, novas determinações para a classe operária que incidem na sua forma de ser e viver” (MENDES e WÜNSCH, 2009, p. 242).

Os impactos negativos recaem sobre os trabalhadores, especialmente aqueles com dificuldades de acesso ao sistema protetivo desde sua infância, os autores consideram que o nível de inserção no mundo da produção vai determinar o grau de proteção social a que se está sujeito. As principais características do mundo do trabalho, atualmente, devem levar em conta: a reestruturação produtiva, diferentes formas de produção, de gestão e organização do trabalho, precarização das condições e relações de trabalho, a informatização, a globalização do mercado e a expropriação dos direitos que resultam em instabilidade, incertezas e inseguranças para os trabalhadores.

Some-se a isto a crise que vem se acentuando no Brasil desde 2015 e tem

reduzido os postos de trabalho drasticamente. Segundo o IPEA (2019) a ocupação em janeiro de 2019 foi pior no segmento dos mais jovens (18 a 24 anos), com retração de 1,3%. A lenta recuperação do mercado de trabalho tem se traduzido na permanência de uma alta e persistente taxa de desemprego “[...] principalmente entre os menos escolarizados – e vem gerando aumento no número de domicílios que declararam não possuir renda de trabalho e nos domicílios de renda de trabalho muito baixa” (*site do IPEA*, 2019).

Assim, considerando esses dados a Agência Brasil EBC registra a taxa de desemprego no país ficou em 12,4% no primeiro trimestre deste ano, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) – Contínua, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A população desocupada em fevereiro foi de 13,1 milhões portanto, teve um crescimento de 7,3% na comparação com novembro/2018. Significa que o número de desempregados teve um acréscimo de 892 mil pessoas.

Antunes (2000) ao abordar as dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho diz que os países do capitalismo avançado, durante a década de 1980, foram assolados por intensa crise do mundo do trabalho, que se caracterizou por uma dupla crise: uma dimensão dessa crise refere-se a um surpreendente salto tecnológico, destacando-se a automação, a robótica e a microeletrônica. Tais mudanças trouxeram saldo negativo aos trabalhadores, em função da apropriação tanto do fazer, quanto do saber do trabalhador; exigindo um trabalhador polivalente, multifuncional, porém com o mesmo salário.

As formas de contratação da força de trabalho sofreram profundas alterações, acarretando desvantagens para a classe-que-vive-do-trabalho, pois a lógica do sistema de produção tem convertido a concorrência e a busca por produtividade num processo destrutivo, que desencadeou “[...] uma imensa precarização do trabalho e aumento monumental do exército industrial de reserva, do número de desempregados” (ANTUNES, 2000, p.102).

Para Antunes a classe-que-vive-do-trabalho são todos os que vivem da venda da sua força de trabalho. Nas palavras de Mendes e Wünsch (2009, p. 244) segundo Antunes incluem-se aí todos que vendem a sua força de trabalho, incluindo os trabalhadores desempregados.

A proteção social acenta-se “[...] na premissa de que o trabalho é o mecanismo central e histórico de garantia de acesso aos meios de produção e de reprodução da vida material e social [...]” e “[...] na medida em que se desestruturam os pilares do trabalho, fragilizam-se os meios de sustentação da sociedade” (MENDES, WÜNSCH, 2009, p. 246).

Partindo destas reflexões percebe-se que os egressos vinculados ao Patronato são oriundos da classe trabalhadora e encontram-se em situação de desvantagem ainda mais acentuada que o restante da população em relação ao acesso a proteção social, via inserção ao mercado formal de trabalho, por terem passado pela prisão.

Desta forma, a equipe atuante desenvolve atividades que visam contribuir para melhoria das condições de vida dos mesmos, incluindo a apresentação dos benefícios sociais existentes e formas de obtenção.

A equipe de Serviço Social no Programa Patronato ao averiguar situações de vulnerabilidade ou risco social, situação de dependência química ou transtorno mental, violação de garantia de direitos, realiza orientações e encaminhamentos à rede sócio assistencial, como por exemplo: CRAS, AA, CAPS/AD e TM, tratamento de dependência química em Comunidades Terapêuticas, obtenção de 2ª via de documentações pessoais. Se necessário realiza-se visita domiciliar, estudo social e emissão de laudos periciais.

Na entrevista inicial, ao se identificar baixa escolaridade faz-se intervenção conjunta com Pedagogia no intuito de motivar o egresso a retomar a inserção no sistema escolar. Mas, por se tratar de um processo a se realizar no longo prazo, mesmo através do ensino supletivo, e devido a marcas negativas que a maioria traz da sua passagem pela escola nem sempre é um processo de fácil adesão. O projeto Pró-labor realiza palestras e oficinas, criando espaços de troca de saberes e informações contributivas, na perspectiva de melhorar a auto estima dos participantes para que sintam-se motivados a retomar os estudos e/ou fazer cursos de qualificação profissional.

A participação não é obrigatória, faz-se um convite, apresentam-se as temáticas e o egresso pode trazer outras pessoas para participar. Estas iniciativas tem o intuito de que os egressos visualizem perspectivas de um futuro a ser construído no sentido de resgatar a sua autonomia e ampliação das possibilidades de inserção no mercado de trabalho formal. São realizados seis encontros, com temáticas definidas a partir das dificuldades ou demandas identificadas durante os atendimentos individuais, como: preconceito; empreendedorismo e autonomia profissional; profissões autônomas/ geração de renda; *marketing* pessoal, técnicas de como se portar em uma entrevista de emprego; cursos técnicos disponibilizados em Ponta Grossa; apresentação SINE/ Agência do Trabalhador, elaboração de currículo, etc.

A abordagem dos temas realiza-se por pessoas das equipes do Programa (recém-formados, graduandos, professores), e há temas trabalhados por outros profissionais da própria universidade, Sistema S (SENAI; SESI; SESC; SENAC; SEST/SENAT), Agência do Trabalhador, professores de Colégios que oferecem cursos, e outros vinculados a cursos profissionalizantes ofertados através do PRONATEC. São realizadas ainda oficinas com representantes de instituições que trabalham com geração de renda, via reaproveitamento de recicláveis.

Percebe-se que o trato das situações decorrentes da condição de vida dos egressos exige um trabalho numa perspectiva de intersetorialidade com outras políticas públicas, especialmente com a assistência social, educação e políticas públicas de emprego, trabalho e renda, e outras parcerias. Este trabalho pauta-se na concepção de Bourguignon (2001, p. 6) sobre redes intersetoriais que são:

[...] aquelas que articulam o conjunto das organizações governamentais, não governamentais e informais, comunidades, profissionais, serviços, programas sociais, setor privado, bem como as redes setoriais, priorizando o atendimento integral às necessidades dos segmentos vulnerabilizados socialmente.

Para autora a intersetorialidade requer articulação entre políticas públicas via ações “[...] conjuntas destinadas a proteção, inclusão e promoção da família vítima do processo de exclusão social. Considera-se a intersetorialidade um princípio que orienta as práticas de construção de redes municipais” (BOURGUIGNON, 2001, p. 4).

A equipe reúne-se, sistematicamente, para avaliar as atividades em andamento e planejar outras, ampliando as possibilidades de se propor ações que estejam em consonância com necessidades e anseios identificados.

A Agência do Trabalhador envia ao Patronato, diariamente, a listagem de vagas de emprego, todavia, um dos fatores limitadores, encontra-se no quesito experiência, pois a quase totalidade das vagas exige ao menos seis meses de experiência e/ou outros requisitos como: curso profissionalizante, Ensino Médio ou Superior, porém estas exigências não condizem com o perfil dos egressos.

Os cursos técnicos profissionalizantes, oferecidos pelo SENAI (exemplo: almoxarife, mecânica de veículos, montador de computadores, auxiliar administrativo, eletricitista, montador de móveis torneiro mecânico e manutenção automóveis), através do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), visa capacitar a população jovem de baixa renda, que deseja qualificar-se após o Ensino Médio, ou seja, com acesso ao ensino técnico, profissionalizante e de especialização. Todavia, dos 36 egressos do Patronato só 7 possuem Ensino Médio Completo, então a pouca escolaridade aparece como fator limitante para que deem continuidade em suas carreiras.

Vários colégios estaduais oferecem cursos com os seguintes critérios: ter 18 anos, RG, CPF, NIS e comprovante de residência. Os cursos são bem diversificados: Alimento, Administração, Agropecuária, Agronegócio, Agroecologia, Agroindústria, Análises Clínicas, Enfermagem, Farmácia, Agente Comunitário de Saúde, Cozinha, Edificações, Meio Ambiente, Eletromecânica, Informática, Logística, Publicidade, Prótese Dentária, Química, Recursos Humanos, Secretariado, Saúde Bucal, Segurança do Trabalho, TI – Tecnologia da Informação, Vendas. A equipe de Serviço Social também mantém contato periódico com a Prefeitura Municipal para consultar a disponibilidade de cursos profissionalizantes, com os mesmos critérios para inscrição: Cabeleireiro, Manicure e Pedicuro, Maquiagem e Unhas decoradas, Designe de sobrancelhas e Depilação, Aperfeiçoamento de Cabeleireiro e Maquiagem, Corte e Costura básica, Costura Industrial, Panificação, Artesanato, Aperfeiçoamento, Cabeleireiro (pré-requisito: possuir certificado de Cabeleireiro), Pintura em Tecido, Patch Apliquê, Técnicas em vendas e Atendimento ao Público.

Além das informações repassadas na sede do Patronato a equipe de Serviço

Social também incentiva que os egressos procurem cursos gratuitos nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de sua região e na Agência do Trabalhador/SINE, além de outros órgãos públicos como instituições de ensino, instituições religiosas e organizações não governamentais (ONG's).

Considera-se de suma importância o contato permanente, sistemático, com técnicos responsáveis de outros setores que compõe a rede intersetorial, para ampliar as condições de acesso a setores marginalizados da população, até mesmo o envolvimento destes nas atividades realizadas pelo Patronato com os egressos, nas oficinas, palestras, aproximando-os da realidade destes cidadãos, sensibilizando-os para uma ação mais conjunta na inclusão dos egressos na escolarização, qualificação profissional e de inserção no trabalho.

Ao contrário do que se possa imaginar, o objetivo de um programa de atendimento à população egressa não deve ser simplesmente evitar a reincidência – ainda que evitá-la seja, sem dúvida, uma meta a ser perseguida. Um programa de atendimento a egressos deve ir além, [...] o objetivo principal de um programa de atendimento a egressos deve ser fornecer condições para que os egressos gerem sua própria renda, pois isso não só lhe dará condições financeiras para que ele leve uma vida digna, mas, também, dar-lhe-á um ponto de contato, em termos de valores, com o restante da sociedade, facilitando assim sua readaptação à família e à comunidade. (ILANUD, 2004, p. 104)

O tratamento destinado pelo Estado aos egressos da prisão, de maneira especial no sentido de encaminhamento deste ao mercado de trabalho, ainda representa um enorme desafio, em função do próprio perfil do egresso, sua condição de ex-detento, que lhe confere um estigma social, somado a certa representação social de que as pessoas que cometem crimes são as pobres.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade brasileira enfrenta hoje, de acordo com Jaccoud (2009, p. 8) “[...] o desafio de, ao mesmo tempo combater a pobreza e reduzir a desigualdade, ampliando o acesso aos direitos sociais numa ordem política fundada no reconhecimento da igualdade”. Os egressos além de uma trajetória histórica marcada pela desproteção social sofrem o estigma de serem ex detentos, pois ainda tem-se um forte de preconceito para com os egressos, como se a punição devesse se estender para além do tempo de encarceramento e dos muros da prisão. Esse preconceito extrapola o empresariado privado, pois egressos mesmo aprovados em concursos públicos são impedidos de assumir ao apresentar a documentação.

É imperativa a necessidade de implementação da Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional, haja vista que, são muitos os desafios para se garantir o exercício da cidadania aos egressos e evitar que venham a reincidir. Entende-se que as parcerias e redes intersetoriais constituem possibilidades de mudança de cultura a respeito das pessoas egressas da prisão.

Depois de um longo processo de busca de parcerias, atualmente o Patronato de Ponta Grossa é procurado por instituições que oferecem cursos, parcerias ou participam de atividades junto aos egressos. Esse processo vem se efetivando paulatinamente, e foram muitas tentativas, muitos não recebidos, preconceitos enfrentados no interior até mesmo de instituições públicas voltadas ao oferecimento de vagas de trabalho. Por conseguinte, entende-se que a construção de uma rede é tarefa árdua, todavia depende de persistência daqueles que perseguem tal intuito, e aos poucos a adesão vai se concretizando, necessitando de mudança cultural sobre a situação dos egressos e, mesmo, quando pessoas ocupantes de cargos estratégicos nas instituições são substituídas.

REFERÊNCIAS

Agência Brasil EBC. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-03/taxa-de-desemprego-sobe-e-fica-em-124-em-fevereiro>. Acesso: 15/04/2019.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

BRASIL, **Lei nº 7.210**, de 11 de julho de 1984. In: CÓDIGO Penal. Parte Geral. Lei de Execução Penal. São Paulo. Atlas, 1985. p. 78-109.

BOURGUIGNON, J. A. **Concepção de rede intersetorial**. set. 2001. Disponível em: <http://www.uepg.br/nupes/intersector.htm>. Acesso em: 15/03/2016.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DAS NAÇÕES UNIDAS - ILANUD. **Avaliação do atendimento à população egressa do Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo**. São Paulo: ILANUD; Brasília, DF: Ministério da Justiça, [2004]. 118f. Disponível em: http://www.ilanud.org.br/pdf/egressos_final.pdf. Acesso em: 11/08/2009.

IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/taxa-de-desemprego/>. Acesso em: 10/04/2019.

JACCOUD, L. **Pobres, Pobreza e Cidadania**: Os Desafios Recentes da Proteção Social. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1372.pdf. Acesso em: 10/03/2016.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MENDES, J. M. R.; WÜNSCH, D. S. Trabalho, classe operária e proteção social: reflexões e inquietações. In: **Rev. Kátalysis**. Florianópolis v. 12 n. 2 p. 241-248 jul./dez. 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/11908-36518-1-PB.pdf>. Acesso em: 10/09/2014.

Ministério da Justiça/DEPEN. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/consultoria/selecoes-encerradas/Edital29Edital_de_Selecao_de_Consultoria_PNUD_3688664_Edital_29.2017_Politica_para_Egressos1.pdf. Acesso em 15/04/2019.

SPOSATI, Aldaíza. **Proteção e Desproteção Social na Perspectiva dos Direitos Socioassistenciais**. In: Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho

Nacional de Assistência Social. Caderno de Textos: VI Conferência Nacional de Assistência social. Brasília: DF. 2007.

THOMPSON, A. **Quem são os criminosos** – O crime e o criminoso: Entes Políticos. 2ª ed. Editora Lumen Júris: Rio de Janeiro. 2007.

WACQUANT, L. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. A Aberração Carcerária à Moda Francesa. **DADOS** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, V. 47, n. 2, p. 215-232, 2004. Disponível em: www.scielo.br/pdf/dados/v47n2/a01v47n2.pdf. Acesso em 14/08/2009.

SOBRE A ORGANIZADORA

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agronegócio 20, 27, 132, 182

C

Consumidor 2, 5, 166, 170, 171, 172, 181, 182, 268, 279

Cooperativa 118, 123, 201, 213, 215, 216, 222, 223, 265

E

Economia 17, 19, 27, 28, 71, 104, 118, 122, 123, 196, 222

Empreendedorismo feminino 149, 164, 165

Espoliação 90

Exportações 19, 23, 27

F

Ferrovia 224, 225, 226, 227, 228, 230

G

Gestão da diversidade 185, 194

I

Impactos tributários 1, 13

Incorporações imobiliárias 4, 18

M

Marketing digital 268, 271, 296, 297, 322

Marketing sensorial 292

Mineração 87, 97

P

Patrimônio de afetação 1, 5, 18

Planejamento 44, 45, 46, 55, 56, 97, 103, 164, 265, 271

Política monetária 70

R

Renda 119, 224, 305

Request for proposal 30, 33, 43

S

Soja 19, 27, 228

T

Tecnologia 32, 95, 97, 132, 196, 267, 309, 310, 312, 322

Trabalho 55, 56, 73, 74, 75, 77, 79, 95, 105, 106, 117, 126, 132, 133, 134, 164, 182, 193, 194, 195, 196, 215, 222, 240, 322

Turismo 100, 103, 104, 165, 215, 310, 311, 312, 313, 315, 316, 317, 318, 321, 322

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-516-7



9 788572 475167